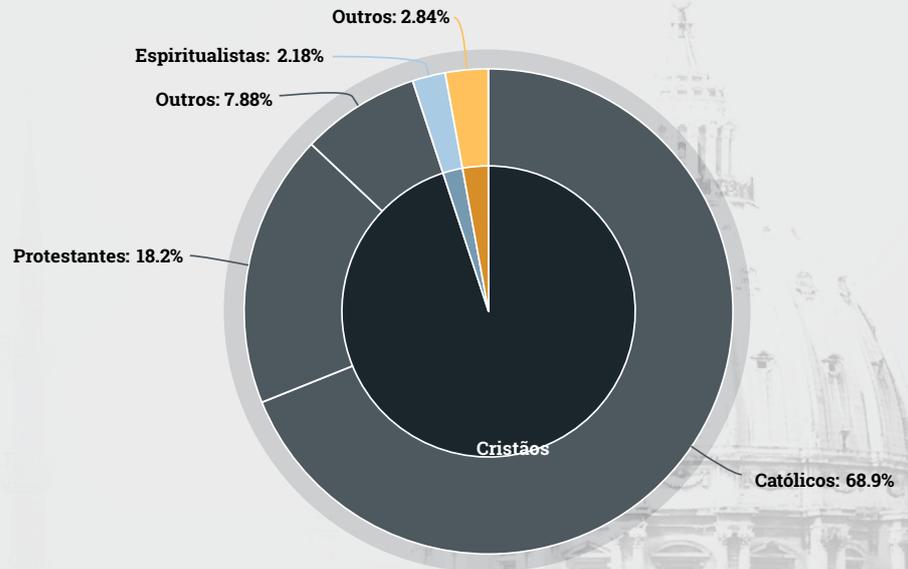


República Dominicana



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

No preâmbulo da Constituição, Deus é invocado como guia para eleger os representantes do povo, e o Catolicismo é reconhecido como religião oficial. O brasão nacional inclui o nome de Deus e tem no centro uma Bíblia aberta no Evangelho de São João, capítulo 8, versículo 32, com uma cruz em cima (artigo 32º). O lema nacional é “Deus, Pátria, Liberdade”.

A Constituição afirma que todas as pessoas nascem livres e iguais e que todas têm os mesmos direitos e liberdades, sem discriminação com base, entre outros, no sexo, cor, idade, deficiência, religião e opiniões políticas ou filosóficas (artigo 39º).

A Constituição garante a liberdade de consciência e crença, sujeita à ordem pública e ao respeito pela decência (artigo 45º).

Os casamentos religiosos têm efeitos civis nos termos estabelecidos pela lei.

Em caso de declaração do estado de defesa, quando a soberania nacional ou a integridade territorial são ameaçadas, a

liberdade de consciência e culto não podem ser suspensas.^[1]

Desde 1954 que tem estado em vigor uma concordata entre a Santa Sé e a República Dominicana.^[2]

Em dezembro de 2014, foram incorporadas alterações ao novo Código Penal, que entraram em vigor em dezembro de 2015, relacionadas com os crimes contra a religião: o Código Penal inclui agora disposições para prevenir a discriminação religiosa e a proteção de todos os locais de culto.^[3]

INCIDENTES

Após alterações ao regulamento sobre o uniforme escolar que requer que as meninas usem calças, os pais de uma aluna evangélica apresentaram uma queixa contra o novo código de vestuário, argumentando que ele não deveria ser imposto caso fosse contra as convicções religiosas de uma pessoa. O Tribunal Superior Administrativo decidiu que a aluna deveria ser autorizada a usar saia até que a questão estivesse resolvida.^[4]

[1] <http://www.gob.do/index.php/pais/2014-12-16-20-52-13> (acessado em 2 de Março de 2016).

[2] http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19540616_concordato-dominicana_sp.html (acessado em 19 de Março de 2016).

[3] <http://www.consultoria.gov.do/spaw2/uploads/files/Ley%20550-14.pdf> (acessado em 19 de Março de 2016).

[4] <http://www.diariolibre.com/noticias/tsa-ordena-a-liceo-permitir-alumna-vaya->

Em dezembro de 2015, após inúmeros apelos de bispos católicos, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional uma lei que descriminalizava o aborto. Os bispos tinham realizado várias orações e manifestações a favor da vida nesse sentido.^[5]

Em janeiro de 2016, várias Igrejas locais reuniram-se para rezar pelo país no Ano Novo, com uma tomada de posição especial contra a violência, a corrupção e a pobreza. O pregador evangélico Dominic Russo disse à congregação: “Juntamos às Igrejas locais na República Dominicana no início deste novo ano para uma demonstração de unidade e uma visão clara para fazer o país andar para a frente.”^[6]

Em março de 2016, os bispos católicos do país falaram contra as ações do embaixador norte-americano a favor das minorias sexuais, apelando ao Governo dominicano para que apresentasse um protesto formal junto das autoridades norte-americanas.^[7]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Durante o período em análise, não foram observados qualquer incidente grave de intolerância, ao contrário de alguns episódios relatados em 2014. No entanto, continuam as discussões sobre a proteção de todas as religiões e sobre o significado do estado secular, que poderão acabar fazendo parte da elaboração de uma lei sobre liberdade religiosa.

Em relação às salvaguardas constitucionais, é necessário proteger os direitos fundamentais da pessoa. Daí que o desafio seja a elaboração de novas leis que abranjam todos os aspectos da liberdade religiosa, como a prática religiosa, a observância, a expressão, e a educação, bem como o direito a mudar de religião ou crença, ou de não ter qualquer religião. A resolução de algumas disputas em tribunal é um sinal de que já não são possíveis soluções informais. Ao mesmo tempo, os líderes das comunidades religiosas do país falam livremente sobre questões nacionais.

clases-con-falda-PWDL1079431 (acessado em 19 de Março de 2016).

[5] <http://www.aica.org/21178-el-tribunal-constitucional-derogo-la-ley-que-despenalizaba-aborto.html> (acessado em 19 de Março de 2016).

[6] <http://www.cbn.com/mundocristiano/Latinoamerica/2016/January/Multitud-de-evangelicos-clama-a-Dios-por-Republica-Dominicana/> (acessado em 3 de Março de 2016).

[7] <http://www.aica.org/22304-los-obispos-condenan-las-intromisiones-del-embajador-gay-norteamericano.html> (acessado em 19 de Março de 2016).